



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 13, n. 49, abr./jun. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Serviços privados no SUS: o regime de complementariedade dos serviços públicos de saúde e a Lei nº 13.019, de 2014
Lenir Santos
- ◆ As organizações sociais na jurisdição constitucional – ADI nº 1.923
Marcelo José das Neves
- ◆ Step-in rights e o regime da administração temporária no âmbito da Lei de Concessões
Lucas de Moraes Cassiano Sant'Anna, Pedro Romualdo Saullo
- ◆ A ação civil pública como instrumento de salvaguarda ao exercício da cidadania das pessoas com deficiência
Telma Aparecida Rostelato
- ◆ Criação de unidade de conservação caduca?
José Evaldo Bento Matos Júnior
- ◆ A constitucionalidade da desvinculação de receitas da União
Érica de Santana Silva Barretto
- ◆ Função sustentável da propriedade imóvel urbana
Georges Louis Hage Humbert
- ◆ A contratação por inexigibilidade de licitação com fornecedor ou prestador de serviço exclusivo – Breve análise do art. 25, I da Lei nº 8.666/93
Luiz Cláudio de Azevedo Chaves
- ◆ As dimensões da boa-fé objetiva no direito contratual privado
André Luís Vieira
- ◆ O papel do Tribunal de Contas da União na regulação econômica dos serviços públicos: análise dos arrendamentos portuários
Anderson Marcio de Oliveira

Parecer

- ◆ Crime de responsabilidade do Presidente da República – Viabilidade jurídica do processo – Exercício da função por oito anos – Acusação de ação ou omissão culposa – Garantia do devido processo legal
Adilson Abreu Dallari

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**

Constitucional – ADI – Lei nº 17.882/2012, do Estado de Goiás – Serviço de Interesse Militar Voluntário (SIMVE) – Inobservância da regra constitucional impositiva do concurso público – Violação aos art. 37, II, e 144, §5º, da Constituição da República – Previsão genérica e abrangente de contratação temporária – Inconstitucionalidade formal – Lei estadual que contraria normas gerais editadas pela União

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**

Constitucional – Lei municipal de iniciativa parlamentar – Normatização de deveres dos servidores – Descabimento – Iniciativa do Chefe do Poder Executivo

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**

ADI – Administrativo – Constitucional – Lei estadual – Licitação – Aquisição de softwares livres ou sem restrições proprietárias – Instituição de preferência abstrata – Exercício regular da competência legislativa estadual – Inexistência de usurpação de competência legiferante reserva à União